



ARTE COMO RESISTÊNCIA: um estudo da apropriação social do espaço por meio do graffiti

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i64.16672



Valeria Regina Zanetti

Universidade do Vale do Paraíba

Frederico Papali

Universidade do Vale do Paraíba

Paula Vilhena Carnevale Vianna

Universidade Anhembi Morumbi



Resumo

Esse estudo, de caráter exploratório e reflexivo, busca, por meio do aporte teórico do planejamento insurgente e das geonarrativas urbanas, analisar a produção social do espaço e as tensões entre as diferentes versões sobre o direito à cidade, a partir do estudo de três mutirões de *graffiti* na cidade de São José dos Campos, nos anos de 2007 a 2011, quando a prática era proibida. Para tanto, valeu-se da experiência etnográfica e netnográfica para evidenciar formas de manifestação do direito à cidade e manifestações alternativas de cidadania.

Palavras-chave: *Grffiti*; Planejamento Insurgente; Direito à cidade.

Introdução

O processo de urbanização e neoliberalização acentuou as contradições e aumentou a periferização urbana. Políticas econômicas descompensadas do trabalho, da

terra e da lei promovem a segregação socioespacial da população pobre urbana. Essas condições têm gerado respostas locais, mas com notável correspondência em todo o mundo. Nas cidades, as reivindicações passam

[...] não apenas em termos de habitar e sofrer a cidade, mas também em termos de construí-la, de fazer a paisagem da cidade, da sua história, da vida cotidiana e da política como um lugar para eles próprios. Os muitos significados desse fazer frequentemente aglutinam-se na ideia de que eles têm direito ao que produzem, isto é, têm direito à própria cidade (HOLSTON, 2016, p. 195).

As cidades, ao mesmo tempo expressão das contradições socioeconômica e espaciais, tornaram-se palco das novas reivindicações, constantemente reconfiguradas pelos anseios de vida urbana contemporânea mais digna, articuladas com as manifestações de direito à cidade. O direito insurgente à cidade não se manifesta apenas por meio de protestos, de violência, mas também por formulações alternativas, pautadas nas referências legais, éticas e performativas, cuja arte tem sido recurso do pleito de pertencimento à cidade, antes mesmo da condição de pertencimento ao Estado-nação. Entende-se que as intervenções artísticas urbanas oriundas da *street art* são respostas à imposição da supremacia da cidadania nacional, que desconsidera expressões de outras fontes culturais de direito.

Certamente, quem trafega pelas ruas do Campo dos Alemães, bairro da zona sul da cidade de São José dos Campos, dinâmico município do Vale Paraíba Paulista, é convidado a experimentar imersões sensoriais na sua peculiar paisagem, que suscita especulações das polissêmicas facetas comunicacionais. No campo dos Alemães, os olhares são desviados para os muros coloridos das casas simples que definem a arquitetura do bairro. Como um livro aberto, as paredes estampam *graffiti* em uma profusão de cores e formas que nos convidam a pensar: o que teria movido os signatários a essas inscrições? O que elas retratam? Que discurso carregam aquelas imagens? Em que condição e com que finalidade elas foram impressas? Os *graffiti* do Campo dos Alemães se misturam a inúmeras outras características próprias do bairro e nos incita à análise da heterogênea realidade das grandes cidades e as condições de suas particularidades. É fato que a vida e a cultura urbana são variadas e arguciosas e suscitam reflexões acerca das dimensões do tempo e do espaço, enquanto grandezas que dão sentido e significado às estruturas sociais.

Pautado no conceito de planejamento urbano insurgente proposto por James Holston (2016), o estudo objetiva apreender as contradições internas de um microcosmo urbano e buscar as insurgências sociais nas próprias marcas da cidade, na sua paisagem.

Mais precisamente, pretende-se investigar se/e de que modo os *graffiti* expressam as relações de conflito e as linguagens urbanas. Poderia o ato de marcar os muros ser entendido como a semântica do lugar, carregada de posicionamento político por um novo planejamento urbano, a ponto de suscitar reflexões acerca das suas demarcações e das insurgências urbanas? Para embasar as discussões, além de entrevistas com dois idealizadores dos mutirões, reportou-se ao uso da etnografia visual e à netnografia, ou seja, à análise do material virtual produzido pelos grafiteiros, publicado em *blogs* pelos organizadores.

O artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, abordam-se as bases do Planejamento Urbano Insurgente, matriz teórica que norteia a discussão. A segunda apresenta-se o bairro Campo dos Alemães. Na terceira seção, a arte do *graffiti* como insurgência urbana aborda a arte de rua como comunicação para um possível planejamento que contemple as outras formas de linguagem para uma gestão mais participativa. A quarta seção apresenta a paisagem do Campo dos Alemães pela lente visual do etnógrafo, na busca de entendimento da materialidade discursiva das insurgências coletivas, expressões máximas das reivindicações por um planejamento urbano mais inclusivo e democrático, seguida das considerações finais.

Planejamento urbano Insurgente

O início do século XX foi marcado por insurreições urbanas de escala mundial. Muitas delas em resposta às impositivas políticas verticalizadas que promovem a exclusão e, em resposta a ela, as demandas do alargamento dos direitos de cidadania e inclusão sócio étnico-cultural das minorias.

O antropólogo estadunidense James Holston (2016), em estudo sobre o planejamento urbano no início do século XXI, destacou algumas manifestações de ordem mundial que criticavam, de certa forma, o planejamento institucionalizado. Como pauta, o reconhecimento da legitimidade das reivindicações urbanas propunha “fazer a cidade acontecer” (*city making*), “ocupar a cidade” (*city-occupying*) e “reivindicar direitos” (*rights-claiming*) (HOLSTON, 2016: 192). De fato, as insurreições urbanas contemporâneas têm tomado as ruas e colocado contrapontos ao Planejamento Urbano institucionalizado e racionalista, perfazendo movimentos por novas formulações de cidadania que o autor denominou de Planejamento Insurgente.

Os efeitos da política econômica neoliberal provocaram manifestações contra o aumento dos preços do transporte público, contra o aumento generalizado no custo de vida e contra a política de Estado que se descola e se ausenta da demanda dos cidadãos; cenário que se agrava nos países de capitalismo dependente. No entanto, o protagonismo dos movimentos sociais no espaço urbano neoliberal vai além das reivindicações pela sustentabilidade econômica. Luta-se também contra a exclusão social, por novas culturas políticas de inclusão, pelo reconhecimento da diversidade cultural e pelo direito de ser e pertencer, seja no campo pessoal ou coletivo, cujo espaço das cidades se torna cenário dessas afirmações reivindicatórias. No campo das intervenções urbanas artísticas,

nos EUA, exemplo de local onde tais inscrições começam a ganhar forma e corpo, mais especificamente em Filadélfia em 1960 e em Nova York durante a década de 1970, o objeto a que nos referimos como intervenções gráficas, possui um único nome: *graffiti* (Castleman, 1982; Snyder, 2009). Sua expressão surge em meio a um contexto bastante singular, ligado a uma série de outras práticas que envolveram grande parte dos mesmos atores sociais, tendo os jovens negros e latinos como maioria. Esse *graffiti*, já na década de 1970, começa a fazer parte de um outro conjunto de relações sociais e práticas culturais ligadas a cidade, chamado *hip-hop*, que envolvia um estilo de dança e um gênero musical. O *breakdance* e o *rap* compunham junto ao *graffiti* uma expressão conjunta (FREITAS, 2018: 177).

Chamadas de insurgências, essas reivindicações, no âmbito do Planejamento Urbano, se constituem como elementos para se pensar a produção social do espaço, carregada de tensão entre transgressão e controle, que expressa a sobreposição de versões distintas da/na cidade. No campo da arte urbana, as inscrições artísticas na paisagem, atravessadas por construções simbólicas efêmeras, revelam as bases da tessitura social, pautada na emergência de novas esferas públicas de participação e de sociabilidade e nas incongruências da cidadania urbana. A cidadania urbana é constituída, segundo Holston (2016, p. 197), “pelas identidades, pela associação à comunidade; quando a cidade é o primeiro *locus* da comunidade política; e quando a reivindicação de direitos relacionados à produção da cidade e as atuações cívicas a ela ligadas constituem a agenda e a mobilização da associação”.

O que tem levado a pessoas a se mobilizarem, segundo Holston é “a demanda generalizada por um tipo de cidade diferente, uma cidade livre e justa”, ao se constatar “o fracasso das condições urbanas em termos de direitos” (2016, p. 198) e a sua violação. Os manifestantes, além de contestarem as falhas na comunicação verticalizada, apresentam “novas formas de comunicação horizontal, por meio de assembleias e mídias sociais abertas, participativas e deliberativas, sem a necessidade de uma liderança. Essas

novas formas são exemplos de planejamento insurgente” (HOLSTON, 2016, p 199). Por Planejamento Insurgente entende-se, portanto, os processos políticos e de planejamento alternativos que se alinham ao direito à cidade, ao abarcar múltiplas pautas e se tornarem novas fontes para uma cidadania gerada fora da alçada do Estado.

O Planejamento Insurgente tem sido considerado uma contribuição importante para a releitura da questão das identidades, que perpassa pela “percepção do dinamismo e complexidade dos sistemas de interações em que os indivíduos se movem, através de trajetórias que raramente são lineares num sentido mais restrito, complexificando as noções de consistência identitária e coerência biográfica” (VELHO, 2009, p. 14 - 15). Para a análise das identidades, é preciso entender o indivíduo inserido na dinâmica socio existencial, na sua permanente interação, cujas motivações “são encontradas num jogo entre mundo interior, subjetivo, e práticas e atividades no cotidiano, envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos, com especificidades e características próprias” (VELHO, 2009, p 15). Situada na dimensão da descrição densa (GIDDENS, 1991), o estudo da cultura e, por sua vez, das identidades, requer compreensão das amarras que prendem o homem ao seu espaço e a sua forma cotidiana de viver e de se relacionar. É dessa forma que se entende o movimento de mobilização dos grafiteiros de São José dos Campos que, fundidos em um corpo político pelas pautas comuns, “energizados com uma forte sensação de legitimação como manifestantes” (HOLSTON, 2016, p. 199), se utilizaram das mídias sociais e das suas formas de comunicação para fazerem do *graffiti* seu instrumento por um planejamento urbano mais inclusivo.

Uma breve passagem pelo Campo dos Alemães

O Diagnóstico Síntese do Plano Diretor de 2017 (PMSJC, 2017) mostra o bairro Campo dos Alemães como um dos setores socioeconômicos mais populosos da área urbana do município de São José dos Campos, com população na faixa entre 50 a 100 mil habitantes (Figura 1). Situado na região Sul, o bairro é considerado pelos órgãos policiais como o de mais alta taxa de criminalidade e de concentração de tráfico de drogas.

Dos indicadores sociais, a renda per capita média do bairro em 2010 era de R\$ 492,03 enquanto, no município, estava estimada em R\$ 1.190,96. Neste mesmo ano, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) era de 7,31%, no bairro e, de 3,89%, no município (Brasil, Atlas 2010). A taxa de desemprego deste setor também era maior que a média do

Município. Mais de 96% do total da população com 15 anos ou mais, residente na zona urbana do município de São José dos Campos, sabia ler e escrever. No bairro Campo dos Alemães, esta taxa ficava ligeiramente abaixo da média municipal (PMSJC, Diagnóstico Síntese do Plano Diretor, 2017).

De acordo com o Diagnóstico Síntese do Plano Diretor 2017 (Idem)

a Região Sul no período entre 2000 e 2010 apresentou taxa de crescimento populacional de 1,56% ao ano, semelhante à média da cidade. Em termos absolutos, este crescimento representou, no entanto, a incorporação de um importante contingente populacional: mais 33.511 pessoas passaram a residir na região no período, contabilizando 233.536 pessoas, segundo o Censo de 2010. Se fosse um Município, a região sul seria o terceiro Município da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, atrás apenas de São José dos Campos e Taubaté em tamanho de população.

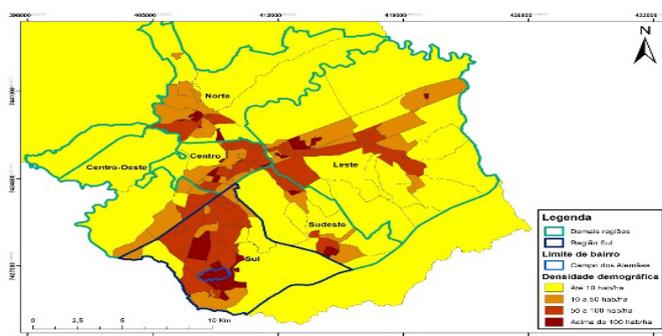


Figura 1: Densidade Populacional em São José dos Campos com destaque para o Campo dos Alemães
Fonte: PMSJC. Diagnóstico Síntese do Plano Diretor, 2017.

A região Sul, à qual o bairro pertence, tem sua formação atrelada à dinâmica urbana, a partir da década de 1970, quando o município ganhou notoriedade com a implantação de indústrias de aviação e de armas. A instalação da Avibras, Engesa e Embraer impulsionou o desenvolvimento do setor aeronáutico e fortaleceu o perfil do município como polo de desenvolvimento industrial e tecnológico, o que favoreceu um rearranjo urbano e espacial, longe da configuração de cidade interiorana da fraca produção do café do passado imperial.

Apesar do considerável desempenho econômico, a cidade não apresenta, pelo menos no quesito social, correspondência ao *status* conquistado de polo tecnológico. Estudos mostram o elevado índice de desigualdade social do município (BORGES, 2004), acentuado pela alta demanda por moradias e, conseqüentemente, pela expansão e ocupação desordenada de áreas periféricas (Figura 1). Esse fato é evidenciado pela paisagem urbana da cidade que confirma, de forma latente, as francas contradições de classe, estruturadas pelas orientações do setor aeroespacial.

O rápido crescimento urbano, proporcionado pela ramificação do setor técnico-industrial, ao mesmo tempo em que firmava o papel do município no cenário nacional, produziu um intenso processo de segregação socioespacial. O processo de expansão urbana excludente da década de 1980 provocou a remoção da população de baixa renda que ocupava o perímetro urbano central. Retiradas do centro da cidade, as famílias, compostas basicamente de migrantes vindos de diferentes regiões do país, passaram a ocupar regiões afastadas do perímetro urbano, como as áreas que hoje compreendem o Campo dos Alemães. Denominadas no Plano Diretor de 1989 como “invasores”, as pessoas deslocadas foram inscritas no primeiro programa habitacional do município (PMSJC, 1989: 2) que, por sua vez, não resolveu satisfatoriamente as demandas sociais daquele momento.

Nos anos 1980, com o agravamento da crise econômica do país, os altos índices de desemprego e queda da oferta de moradia aumentaram o já difícil acesso à habitação. Esse fato é notado, sobretudo, depois da legislação de zoneamento, com restrição do acesso à aquisição de lotes populares, por meio da aprovação da “Lei nº 3.110/86, que restringiu o perímetro urbano e extinguiu a zona de expansão urbana” (GOUVÊA, 2003, p. 174). A insuficiente política habitacional para atender a demanda por moradia estimulou a ocupação e a formação dos bairros clandestinos. Exemplo disso foi a ocupação de terreno a que se denominou “Pinheirinho”, símbolo de um “massacre urbano”¹ e reflexo da insuficiente política de habitação no município, iniciada em 2003, cuja comunidade de 6 a 9 mil pessoas² foi vítima de violenta reintegração de posse, em 2012.

Em 2003, 43% dos domicílios da cidade apresentavam rendimento mensal de até 3 salários-mínimos, percentual que chegava a 70%. Essa realidade alimenta conceitos negativos sobre o bairro criados no imaginário urbano em que as desigualdades são fontes da representação. Parte-se da ideia de que a cidade, “mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos” (MAGNANI, 2009, p. 132).

¹A violenta desapropriação foi levada à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) por denúncias de violação aos direitos humanos.

²Disponível em <https://pt.globalvoices.org/2012/01/24/brasil-pinheirinho-massacre/>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

Nesse sentido, os bairros de uma cidade são parte de uma totalidade estruturada. Como ressaltou Frúgoli Jr (2013: 17), um bairro

não se apresenta como uma realidade *a priori*, dado que é marcado por planos e escalas distintos, fronteiras fluidas e alvo de múltiplas representações; também pode abranger uma variação significativa conforme os atores sociais, as instituições e as situações em jogo, bem como os interesses políticos em questão; São microcosmos que refletem a dialética das fronteiras socioculturais e configuram-se como recortes de uma realidade vivenciada, numa absorção coletiva dos valores espaciais que representam a mentalidade do tempo histórico ou o *ethos* grupal.

Na dialética do movimento urbano, jovens pobres moradores de bairros periféricos se utilizam de táticas de intervenção em espaços presenciais e digitais e constroem redes de reconhecimento social, cujas ruas se tornam suporte para expressão das “contranarrativas, formas singulares de ocupação do espaço urbano primado pela assepsia social e cultural (DIÓGENES, 2020: 765). É dessa forma que tentaremos entender a síntese do microcosmo na totalidade urbana que compreende a cidade de São José dos Campos. Para isso, faremos uma imersão nos eventos que ocorreram no bairro Campo dos Alemães a partir de 2007 que, de certa forma, delinearão as relações de poder que permeiam a complexidade da vida urbana.

A arte como insurgência urbana

O bairro Campo dos Alemães, antes de ser espaço urbano, constitui-se como “pedaço”, Por “Pedaço” se compreende, portanto, o “resultado de práticas coletivas, entre as quais a de lazer) e a condição para o seu exercício e fruição” (MAGNANI; TORRES, 1996, p 13). Materializados pela realidade concreta, que liga o espaço à sua condição social, à identidade e ao sentimento de pertencimento, esses espaços são, antes de tudo, espaços de poder, ou seja, territórios. O território, enquanto conceito específico da Geografia, exige a leitura interdisciplinar e equivale não só à apropriação simbólica do espaço, como abre a possibilidade de se pensar a territorialidade, que surge quando pessoas e grupos realizam a apropriação, seja ela física ou simbólica do espaço.

O conceito de Territorialidade nesse estudo será tratado como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (SACK, 1986, p. 19). Entende-se, portanto, que qualquer território é produto das territorialidades, correspondentes aos seus processos históricos, sociais e políticos e que compreendem,

por sua vez, os “pedaços”. É dessa questão que vai tratar o presente estudo, tendo como pano de fundo as dimensões gráficas da paisagem urbana.

O bairro Campo dos Alemães foi cenário de três Mutirões de *Graffiti* que ocorreram em 2007, 2010 e 2013. Este último reuniu quase três centenas de artistas do Brasil e do exterior. Nessa ocasião, doze ruas do bairro Campo dos Alemães serviram de pano de fundo das obras, fomentando a cultura *Hip Hop* que tem no *Rap*, no *graffiti* e, no *Break*, os elementos da sua manifestação. Foram eventos independentes organizados por renomados grafiteiros do cenário da arte urbana que reuniram centenas de artistas do país dos mais variados estilos.

Dos três Mutirões, os dois primeiros se destacam, uma vez que foram realizados enquanto o *graffiti* era proibido por lei e, a prática, criminalizada pelo poder público. A movimentação dos moradores e dos grafiteiros em torno dos dois eventos (2007 e 2010), em um tempo em que a prática era oficialmente ilegal é, no mínimo, instigante. Que poder de persuasão teve o movimento dos grafiteiros a ponto de transpor a lei e, ao mesmo tempo se realizar sem qualquer intervenção da segurança pública?

Assim como nas demais rebeliões urbanas de início do século XX, os mutirões de *graffiti* do Campo dos Alemães se valeram das mídias digitais como elemento central de mobilização, que, por sua vez, acabaram por favorecer o desenvolvimento de um novo engajamento cívico digital (HOLSTON, 2016). Por conta disso, nessa seção utilizou-se do recurso da netnografia ou etnografia digital (KOZINETS, 2014), ou seja, da pesquisa de fontes mediadas por computador em *forums*, grupos de notícias, *blogs* e redes sociais dos organizadores dos mutirões de *graffiti* no Campo dos Alemães. As netnografias, originalmente desenvolvidas na área da pesquisa de *marketing* e consumo, têm sido amplamente aceitas; “cientistas sociais chegam cada vez mais à conclusão de que não podem mais compreender adequadamente muitas das facetas mais importantes da vida social e cultural sem incorporar a internet e as comunicações mediadas por computador em seus estudos” (KOZINETS, 2014, p. 11-12).

O primeiro Mutirão de *graffiti*, realizado em 2007, reuniu cerca de 150 grafiteiros de todo o país. A força coletiva da ação se transformou em arma de resistência na mão dos grafiteiros que, não só questionaram a criminalização do *graffiti* como experimentaram novas formas de efetivar a democracia e de re-imaginar o político, questionando o planejamento urbano impositivo, pelo insurgente. A proibição não foi empecilho para a efetivação do evento, ao contrário, tornou-se instrumento de motivação. O mutirão aconteceu “apesar” da proibição e, sobretudo, “por causa” e, em resposta à

interdição. A figura 2, retirada de site criado pelos idealizadores do movimento, mostra a abrangência e localização do primeiro mutirão, que abarcou “timidamente” três ruas do bairro. A intenção foi esclarecida por um dos organizadores³:

[...] acho que mais a intenção, né? De como surgiu, e porque surgiu a ideia de organizar o evento aqui na cidade, devido a essa ..., essa situação que a gente vivia aqui. **Com esse decreto municipal (Lei Federal) que foi criado, que (...) ninguém foi avisado, né? Sobre esse decreto, não teve participação da comunidade.** Eles criaram esse decreto devido ao vandalismo que ocorria na cidade, que estava cada vez mais aumentando, né? E, porém, por falta de informações, eles também acabaram acrescentando o *graffiti* no meio desse decreto. Então, na visão deles o *graffiti* era visto como vandalismo da mesma forma que a pichação. E, então, criaram esse decreto em que mesmo com a autorização do proprietário, não podia fazer a pintura, e era multado, o dono da propriedade seria multado; pra quem autorizasse seria multado e quem estivesse pintando poderia ser preso, pagar uma multa também, perder material, essas coisas. **A ideia era essa, (a) de a gente poder mostrar para a comunidade esse trabalho que a gente fazia nas ruas, o *graffiti*, (como) forma de conscientizar, que era uma manifestação cultural, né? E não o que a Prefeitura pregava, que era vandalismo, depredação e tal (VESPA, 2016).**



Figura 2: Localização e abrangência do 1º Mutirão do *graffiti* (2007) no Campo dos Alemães / São José dos Campos.

Fonte: Site *Google Street View*, 2017.

Fernandes (2011, p. 241) ressalta que “a questão do poder está numa relação de forças em que o sujeito nem sempre aceita a regulação passivamente e desencadeia gestos de resistência”. A realização dos dois primeiros mutirões de arte no Campo dos Alemães foi um ato de resistência, expresso na motivação do evento – a “intenção” de um movimento de se opor à proibição do *graffiti*, por decreto, que o considerava um ato de “vandalismo”:

[...] o evento é pra comunidade, o evento é pra gente. Então, nada mais justo do que a gente conversar com os moradores; a gente conversou com todo mundo. Indo nas casas das pessoas, (dizendo) olha! vai acontecer um evento, assim, assim, assim. **É um evento legal e vai vir gente do país inteiro. É um**

³ A pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e foi aprovada com o CAEE sob o n. 46505115.5.0000.5503.

evento independente. A nossa ideia é essa, de mostrar o *graffiti*, tanto pra gente, quanto (para a) comunidade, quanto pro Estado, se vier alguém do estado, que nunca vem. O problema é o centrão lá. Pintar lá no centro (da cidade) não pode. A gente sabia que não ia vir (a polícia). Se viesse também, a gente estava arriscando e, o máximo que vai dar, é a gente ser preso. E se a gente for preso, vão ter de soltar, porque a gente estava fazendo um movimento artístico na cidade (FHERO, 2017. Grifo dos autores).

O evento proposto pelos grafiteiros mostra, em sua essência, a contestação à exclusão urbana, impressa na desobediência da determinação oficial excludente. Os moradores, sem temer represálias da segurança pública, apoiaram o evento. De acordo com Fhero, o esforço valeu a pena:

[...] o evento de *graffiti* é uma festa, né? Sempre foi uma festa. E, a galera que organiza chama os amigos mesmo. É um grande encontro de amigos. E dentro da situação que tinha, o *graffiti*, não só o *graffiti* como qualquer movimento artístico que tinha em São José, tinha problemas. Você não podia tocar violão na praça. Reunir um pessoal, você não podia. Chegava a Guarda Municipal e, você não podia. Então, dentro dessa realidade, pra gente que faz *graffiti*, porque o *graffiti* vem disso também, de ir contra, de ir contra as leis. Não de uma forma pejorativa. Esse evento veio até pra mostrar pra eles, o alto comando lá, né? (Veio pra mostrar) que eles estavam errado, véio. Não tem por que proibir uma coisa tão bacana que é o *graffiti* (FHERO, 2017).

Assim, mesmo com a proibição e até com possibilidade da intercessão policial, o primeiro mutirão foi realizado em 2007 “a contento”, segundo os organizadores. O tema “Água” inspirou as intervenções gráficas desse primeiro mutirão (Figura 3).



Figura 3: Material de divulgação – Cartaz oficial do 1º Mutirão de *graffiti* do Campo dos Alemães em São José dos Campos (2007). Fonte: Mutirão *Graffiti*, 2007.

Com relação à presença de equipamentos e de serviços públicos, o Diagnóstico Síntese do Plano Diretor de São José dos Campos de 2017 aponta a “carência de equipamentos de cultura, que acompanha a média do município” (PMSJC. Diagnóstico Síntese do Plano Diretor, 2017, p. 32). As políticas culturais na cidade de São José dos

Campos, na época do 1º Mutirão (2007), foram definidas por meio da Lei Complementar Nº 306/06 de 17 de novembro de 2006, que aprovou e instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI do Município de São José dos Campos para o decênio seguinte. Na sua Seção V – Da Cultura, o Artigo 39 dizia: “A política municipal da cultura tem por objetivo geral promover o desenvolvimento sócio-artístico-cultural da população”. E, no item VIII: “implantar Espaços Culturais Setoriais para atender as diversas Regiões do Município”.

Em São José dos Campos, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR) é o órgão gestor das políticas públicas de cultura. No site dessa Fundação encontra-se disponível a seguinte informação:

[...] até 1985, a política cultural de São José dos Campos era gerida pelo então Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal. Em novembro daquele ano, devido à grande movimentação da sociedade em prol de uma instituição cultural com maior autonomia, foi aprovada a lei municipal nº 3.050, autorizando a criação da fundação cultural, o que viria a ocorrer, de fato, em março de 1986 [...]. Com um olhar voltado para a cidade, a FCCR se empenha em valorizar os artistas da região e manter vivas as nossas manifestações culturais no artesanato, música, dança e culinária. No intuito de atender todas as regiões de São José dos Campos, sem exceção, a Fundação também está presente nos bairros com 10 espaços culturais que levam os mais variados cursos e oficinas, todos gratuitos, para bem pertinho do cidadão. Para a FCCR, a arte não tem limites e transforma as pessoas, possibilitando-lhes admirar um novo mundo, repleto de cores, formas e ritmos (FCCR, 2018).

Apesar de se admitir que a “arte não tem limites e transforma as pessoas, possibilitando-lhes admirar um novo mundo, repleto de cores, formas e ritmos”, a Fundação, por ser órgão diretamente ligado à prefeitura, está a ela limitada no que concerne a seus instrumentos legais. Os limites impostos à ação da Fundação ficaram evidenciados no primeiro evento do bairro, em 2007, quando o *graffiti* era crime.

Espaço que acomoda uma composição social excluída historicamente, derivada do processo de expansão urbana desde 1970, o evento do *graffiti* suspendeu, por alguns dias, a insegurança local endógena, conexa ao medo dos moradores do tráfico de drogas e exógena, promovida pela ilegalidade da prática do *graffiti* e ao que essa prática associava no imaginário social. O objetivo da intervenção visual na cidade constituiu-se em um dispositivo de visibilidade, mas também de reconhecimento (DIÓGENES, 2020, p. 771).

Em rede social⁴ que disponibilizou imagens do mutirão de 2007, Vespa publicou uma lista de 59 grafiteiros participantes desse primeiro evento, sendo nove de São José dos Campos, cinco de Jacareí, dois de Taubaté, dois de Pindamonhangaba, um de Mogi das Cruzes, um de Jundiaí, dois de Belo Horizonte, um de Itapevi, três de Campinas e trinta e três de São Paulo.

Vários muros de algumas ruas receberam as pinturas (Figura 1). Mesmo que o foco da pesquisa não seja o estudo das obras, apresenta-se, a seguir, algumas delas a fim de ilustração (Figuras 4, 5):



Figura 4 – *Graffiti* do 1º Mutirão de 2007 / Campo dos Alemães/SJC
Fonte: https://www.facebook.com/pg/MutiraoSjCampos/photos/?ref=page_internal.

Na Figura 5, um tom mais atenuado de azul acentua a pele negra dos jovens retratados. Certamente, com muita coisa a dizer, esses são referências da sócio demografia do bairro. Ricardo Campos (2007: 146) afirma que “a condição social dos atores do *graffiti* urbano é interessante para problematizarmos os processos de construção identitária, a fragmentação de identidades e a criatividade dos grupos na fabricação de modelos culturais à margem dos padrões hegemônicos”.



Figura 5: *Graffiti* do 1º Mutirão de 2007 / Campo dos Alemães / SJC
Fonte: *Google Maps* 2011.

⁴https://www.facebook.com/pg/MutiraoSjCampos/photos/?ref=page_internal. e <https://www.facebook.com/MutiraoSjCampos/photos/a.448132538589083/459700354098968/?type=3&theater> / acesso em 23 de janeiro de 2016.

O segundo mutirão ocorreu em 2010, mesmo com a criminalização do *graffiti* e com a autorização do dono do imóvel. Esse evento teve como tema a “Cultura Brasileira”. Uma chamada foi publicada num *site* de informações sobre os eventos, com o seguinte texto: “três quarteirões serão transformados em galeria a céu aberto. Objetivo geral: intercâmbio cultural seja do Vale do Paraíba ou de outros estados, sem afrontas e sim como manifestação artística”⁵.

A organização do evento convocou a comunidade por meio de anúncio para intervenção em três quarteirões, com o cuidado de deixar claro que o movimento não podia ser visto como “afronta”, ao poder público, mas como manifestação artística. A figura 6 mostra a abrangência do evento de 2010, que contou com 172 artistas convidados.



Figura 6: Localização e abrangência do 2º Mutirão 2010 / Campo dos Alemães / SJC
Fonte: Site Google Street View, 2017.

A rede social⁶ foi o instrumento de divulgação do 2º Mutirão, de 2010 (Figura 7), que anunciava, além do *graffiti*, outras atividades do *hip hop*: os *DJ's*, *shows* e batalhas de *MC's* e *Bboy's*. O folder trazia os apoiadores culturais e a lembrança: “Todos unidos por um só ideal”. Este Mutirão, assim como o primeiro, criminalizados pela lei Federal, aconteceram sob a eminência de serem impedidos pela guarda municipal.

⁵Disponível em http://rotahiphop.blogspot.com/2010/08/mutirao-grafite-em-sao-jose-dos-campos_09.html. Acesso em 23 de janeiro de 2016. Grifo dos autores.

⁶ http://rotahiphop.blogspot.com/2010/08/mutirao-grafite-em-sao-jose-dos-campos_09.html. Acesso em 23 de janeiro de 2016.



Figura 7: Material de divulgação do 2º Mutirão com o incentivo cultural / Campo dos Alemães / SJC

Fonte: Mutirão *Graffiti*, 2010.

Os envolvidos tinham consciência da ilegalidade do evento e dos riscos que corriam e, por meio de seus *graffiti*, teceram os “pedaços” envoltos em códigos compartilhados, tecidos pela trama cotidiana das reivindicações de pertença estruturadas pelo suporte da experiência. O poder da arte como intervenção urbana se imprimiu naquele espaço como repositório das formas de pensar, subscrevendo comportamentos e estilo de vida desconsiderados pela interpelação do ordenamento espacial e de suas instituições.

Os grafiteiros tomaram não só os espaços físicos do bairro como os espaços digitais. O mundo virtual se tornou repositório das comunicações mediadas pelas contradições do “legal” e do “ilegal”. Nos dias seguintes à realização dos mutirões, no *site* criado para o evento, os idealizadores agradeceram a participação dos grafiteiros e ressaltaram: “vamos correr porque em breve tem mais rrsrsrs” (FHERO, 2017, grifo nosso). A palavra “correr” transpõe o sentido figurado, revelando metaforicamente os embates estabelecidos com as instituições no ato de grafitar. O trecho “Em breve tem mais”, seguido do emprego da onomatopeia da risada ou do escárnio (rrsrsrs), cadencia a contestação da visão racionalizada do planejamento urbano verticalizado, pouco democrático, que não leva em consideração a produção cultural dos territórios.

O evento proposto, segundo os organizadores, não só foi realizado tranquilamente, como foi um sucesso e poderia ser replicado quando e onde se desejasse; a “audácia”, “rebeldia” e o afrontamento à “ilegalidade” da prática evidenciaram o risco a que estavam conscientemente sujeitos. O êxito do primeiro projeto, como previsto, significou a conquista do espaço e abriu portas para novos enfrentamentos.

O terceiro e último mutirão (2013), legalizado oficialmente, discorreu sobre a “Liberdade”. Os eventos do *graffiti* no Campo dos Alemães perdem força após a sua descriminalização e os episódios que reuniram grafiteiros e moradores do bairro deixam

de ter o significado que tinham. O *graffiti* se afirmou como instrumento das reivindicações daquele “pedaço” da cidade que aloja os múltiplos contextos das contradições urbanas, marcadas pela lógica perversa da ocupação socioeconômica do espaço.

Por meio das intervenções artísticas urbanas, centenas ou talvez milhares de artistas de rua conquistam o direito à cidade, direito ao que Henri Lefebvre (2011, p. 117-118) define como uma “vida urbana, transformada e renovada”,

que se realiza justamente a partir de paradoxos que permitem satisfazer as necessidades sociais mais profundas, caracterizadas fundamentalmente por serem opostas, paradoxais e complementares. Esse espaço urbano específico das artes de rua constrói suas próprias referências de memória em que constam como destaque jovens negros periféricos a desbravar a cidade por uma vida mais intensa e cheia de sentidos (DIÓGENES, 2020, p. 772).

Pelos depoimentos dos organizadores, os mutirões de *graffiti* do Campo dos Alemães foram pleitos de um planejamento urbano mais inclusivo que convergia para os objetivos de “fazer a cidade acontecer” (*city making*), “ocupar a cidade” (*city-occupying*) e “reivindicar direitos” (*rights-claiming*), constituindo-se em práticas “contra-hegemônicas” e “transgressivas” que culminam no que tem se convencionalmente denominado de Planejamento insurgente.

Ensaio etnográfico no Campo do Alemães

Nessa seção propõe-se “um olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2009), buscando os arranjos dos próprios atores sociais, ou seja,

das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2009, p. 132).

Na busca do “pedaço” e, por meio dele, das pessoas que vivem a/cidade e das suas formas de comunicação, perambulou-se pelas ruas do Campo dos Alemães certos de que “não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação

com a população estudada e no trato com os interlocutores, apreendendo sua realidade e seu entorno” (MAGNANI, 2009, p. 133).

Lançou-se na afluência das ruas do bairro e, nelas, abriu-se para o aprendizado. Nutriu-se não apenas das experiências estéticas, do que estava sensorialmente sob nossos olhos, mas se apropriou também das formas de ouvir o espaço, aprender a ler a cidade e, assim, buscar a possibilidade de “apreender” e expressar sua essência. Assessorados pela metodologia da etnografia, cujas caminhadas pelo bairro nos ajudou no reconhecimento espacial de nosso campo de estudo, a observação direta e as classificações nos possibilitaram anotar interseções da materialidade da paisagem em inteira relação com os sujeitos, os sons, as cores e as nossas percepções. Essa experiência munuiu-se do princípio que

o plano da cidade em seu conjunto e o de cada prática cultural assignada a este ou àquele grupo de atores em particular devem ser considerados como polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando. Para captar essa dinâmica, é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir a presença de padrões de regularidades (MAGNANI, 2002, p. 17).

Amparados pela estratégia do “olhar de perto e de dentro” (Idem), captou-se significados circunscritos àquele “pedaço”, cujas marcas no muro possibilitaram a montagem de um conjunto orgânico, sistematizado pelo sentido do lugar. Em dia nublado da semana, partimos para a pesquisa a campo. O acesso inicial ao bairro pelo transporte coletivo permitiu vivenciar não só o trajeto que nos levaria ao nosso espaço da reflexão, como nos admitiu uma aproximação mais direta com as pessoas que vivem naquele espaço. Desembarcamos no início de uma avenida onde disseram que encontraríamos os *graffiti*. Sabíamos que aquele espaço recortado era importante, mas, alertados por Rouanet (1992, p. 50), certificamos que não é importante somente o espaço da cidade que está à nossa disposição, mas também a sua história.

A descida no início da longa avenida suscitou a curiosidade. Que leituras seriam reveladas no texto da paisagem daquele bairro? Que outras memórias se sobrepõem aos concretos que alinham residências e estilos de vida? Ao primeiro dispositivo da visão, acionamos o espaço vizinho ao bairro, um terreno vazio que nos remeteu ao triste episódio de reintegração de posse do Pinheirinho, espaço repleto de tristes memórias (Figura 8). A história desse bairro também se ligava ao bairro do Campo dos Alemães.



Figura 8: Localização do antigo Pinheirinho.
Fonte: *Google Street View*

Caminhando, nos afastamos do concreto e farejamos na história a cidade e a cidade na história” (ROUANET, 1992, p. 50). Imbuído do conhecimento do contexto da vizinhança do Campo dos Alemães, sabemos não haver, naquele episódio, “silêncios da história”, pois os antigos moradores do Pinheirinho, expulsos daquele lugar, ainda carregam suas trajetórias, marcando os discursos históricos de exclusão pela cidade. Esses discursos também estão marcados por meio dos *graffiti* no Campo dos Alemães. A avenida, as ramificações, os traçados, a arquitetura e a paisagem, de maneira geral, os contêm. Causando fortes afecções, a perambulação pelos espaços aguça os sentidos. O espaço imprime na memória seus traumas e suas comoções. Sentimo-nos tocados ao transitar por espaços de memória, passar pelas proximidades do Pinheirinho causou-nos grande perturbação.

No Campo dos Alemães, como em toda cidade, também se vê inscritos seus passado e presente. Nesse espaço urbano, substrato das histórias de vida consumidas no espaço, texto carregado de semântica do lugar, estão contidas as marcas e características das pessoas que por ele passaram ou viveram. É neste espaço que fizemos nossa caminhada.

Partiu-se da Avenida dos Evangélicos (Figura 9) e, assim como o caminhante de Paris, os que vagueiam pelo Campo dos Alemães estão prontos para mergulhar nas teias de significado e sentido que as vias daquele espaço convidam a explorar. Seguindo pela Avenida, na quarta rua à esquerda, tem-se contato com resquícios dos desenhos do Mutirão que aparecem quase apagados, parecendo esquecidos em meio à vegetação crescida e malcuidada (Figura 9).



Figura 9 - Avenida dos Evangélicos, esquina com Rua Aurora Guimarães Segolin / Campo dos Alemães.

Fonte: *Google Street View*

Uma manifestação da memória coletiva aparece na inscrição de um dos *graffiti*: “Resistencia ao Pinheirinho” e “Yes, I’m experienced” (Figura 10).

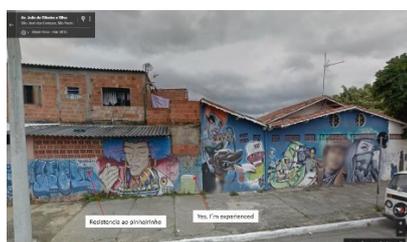


Figura 10: Avenida dos Evangélicos, esquina Rua João de Oliveira e Silva / Campo dos Alemães.

Fonte: *Google Street View*

A etnografia pelo bairro permitiu-nos acessar os agentes por meio dos seus discursos e de suas práticas e, sobretudo, nos possibilitou observar as circunstâncias da ação para elucidar a reflexividade dos atores sobre a sua prática. Mas, ao mesmo tempo, as dúvidas e incertezas tomavam a nossa mente. Indagávamos a todo momento sobre as nossas impressões e percepções sobre aquele espaço. Estariam elas carregadas das “irregularidades” e de ilusão, que nos impediriam de encontrar a magia e o sentido daqueles desenhos? Interrogávamo-nos se os que se utilizaram daquelas inscrições urbanas se apropriaram daqueles muros como meio de suporte para sua arte ou se essa arte carregava outros significados. Certamente o muro, a rua, a tinta, o texto, o sujeito, o tempo, a forma, o pedaço e a ação carregaram aquele espaço de sentido e de significação. Estaríamos dotados de ferramentas suficientes para decodificar tamanho campo de possibilidades?

Ao penetrarmos nas ruas do Campo do Alemães, cheias de símbolos que pendem nas paredes, os olhos captam coisas e figuras de coisas que dizem algo (Figuras 4, 5, 8, 9, 10); trazem, subtendidas, outras coisas que os olhos dos observadores, carregados de valores, não permitem enxergar. Os *graffiti* estão por toda parte no Campo dos Alemães. Vendo-os e, ao mesmo tempo, refletindo sobre a relação intensa que hoje se tem com o

espaço e com a imagem do bairro perguntávamo-nos: por que provocam tanta agitação e despertam reações apaixonadas e violentas? Afinal, é tão comum sua influência no cotidiano! Imbuídos do nosso intuito decifrar aquelas inscrições, decidimos nos perder pelo bairro a fim de encontrá-lo nas ramificações das suas teias de significação. Freitas (2018), em pesquisa sobre as intervenções gráficas no espaço público urbano de São Paulo, ressaltou as provocações dessas intervenções na análise do observador, que se depara com

um jogo de caracteres somente reconhecidos separadamente, insinuando um movimento comunicacional, uma mensagem emitida a ser recebida, mas que quando alinhados, captados sob a mesma perspectiva que compôs o plano do registro fotográfico – integrando o conteúdo total da suposta mensagem –, torna-se um impulso comunicacional interrompido. Pelo menos parcialmente interrompido, seja por não compreendermos toda mensagem, apesar de sermos capazes de perceber seu ímpeto de ousadia e transgressão pela sua relação com o suporte, tensionando e subvertendo os signos reconhecidos na orientação do deslocamento e trânsito urbano. Seja por não pertencermos ao grupo a qual a mensagem foi destinada em seus minuciosos detalhes, pressupondo que compartilhando certo repertório de códigos e linguagem, seria possível ler essa intervenção gráfica de maneira completa, ler essa cidade de São Paulo (FREITAS, 2018, p. 175).

Não nos interessa a completa compreensão, com total decifração dos códigos sociais ali presentes, pois sabe-se que “somente abandonando a expectativa da descoberta de sua verdade que se abrem possibilidades de ir ao seu encontro” (FREITAS, 2018: 198). Mais do que decifrar os *graffiti*, a questão que se impôs como primordial foi entender a origem daquilo tudo em um momento que aquela “escrita” era ilegal e, sobretudo, por que o movimento do *grafitti*, naquela comunidade, não ganhou força com a descriminalização da prática depois de 2011. Percebe-se que o espaço do Campo dos Alemães, feito suporte de linguagem, foi apropriado como instrumento da fala e dos anseios de uma comunidade que se faz expressão das territorialidades periféricas. O direito à cidade, tão profanado nos instrumentos urbanísticos, foi pleiteado pelo coletivo cultural cujo *graffiti*, um dos elementos do movimento *Hip Hop*, se constituiu como dispositivo das relações dos moradores do Campo com a cidade. Um dos idealizadores dos mutirões ressaltou a visão negativa que se construiu sobre o bairro e reforçou o *grafitti* como uma das armas de que o grupo dispõe para dissolver os consensos:

[...] o lado negativo, eu creio que vem um pouco meio pelos bairros vizinhos de classe mais alta, e deixa meio que, o nosso, os bairros que são um pouco inferiores deixam meio que isolados, **tudo que vem daqui pra eles não tem valor**, então penso que falta um pouco mais de inteligência nessa parte. De compreensão e um pouco mais de respeito. Esse é o lado negativo que eu vejo (VESPA, 2016, grifo nosso).

O *graffiti*, feito pleito ao direito à cidade foi arma do discurso de afirmação pelo coletivo cultural cuja arte se constituiu como dispositivo das relações dos moradores do bairro com a cidade. A linguagem não deve ser vista como um mero dispositivo simbólico que torna apreensível a experiência humana, mas como um dos principais elementos constitutivos dessa mesma experiência. Isso significa que é por meio da narrativa que a experiência com o tempo se torna significativa, dando sentido à relação entre tempo vivido (experiência), e consciência histórica (narração), que dão, por sua vez, vazão à inteligibilidade histórica desse grupo. Tendo como perspectiva esse fundamento, pode-se inferir que os grafiteiros do Campo criaram, por meio da arte, meios de escrever o seu próprio enredo, a história do bairro e de seus moradores. O depoimento de um dos organizadores ressalta essa questão: “[...] a gente encara também o evento (o mutirão) como se fosse um grande presente pro lugar, entendeu? Então assim, é um final de semana que você muda toda a história de uma rua, que você muda todo o contexto daquela rua. É, cultural mesmo” (FHERO, 2017).

A narrativa é constituída de uma história entrelaçada, regida não só pelas ações do grupo, mas também sobre os seus significados. Vespa, Fhero e os membros do grupo foram tributários da inteligência narrativa do bairro, de seus moradores e dos próprios grafiteiros. Essa comunidade transformou-se em personagem no interior de uma narrativa compartilhada, que exprimiu, nos muros, a escrita de sua luta e de seu direito ao espaço, construindo geonarrativas.

Considerações

O estudo tentou, por meio da discussão do Planejamento Insurgente, apresentar formas alternativas do direito à cidade e à cidadania. Os mutirões no Campo dos Alemães - bairro visto como um “pedaço” que explica as relações verticalizadas de um planejamento impositivo – se constituíram como elementos para um diálogo horizontal, no desejo que as diferentes pautas que comportam a totalidade urbana fossem contempladas.

Os grafiteiros, por meio de suas intervenções no espaço, fizeram a cidade acontecer, ocuparam o bairro e reivindicaram seus direitos. No exercício de pleitear seus direitos, abriu-se investidas de subjetividades, cujas inscrições gráficas nos muros carregaram de mensagens de subversão, as insurgências, colorindo o cinza árido do contorno do bairro. Nesse território invisibilizado pela gestão, a arte, como iniciativa,

proclama o diálogo com a administração pública. Expressão da cultura e da informação no mundo real, os mutirões foram pontos de convergência dos interesses de parte da sociedade civil que clamava pela gestão da cultura e pela relevância das outras formas culturais não hegemônicas. A passagem pelo Campo dos Alemães revelou um texto carregado de simbologia, uma galeria de arte a céu aberto. Os mutirões dos *grafitti* foram utilizados como dispositivos de mobilidade social e de pertencimento, expressão do desejo da subjetividade contemporânea de se reapropriar, individual, coletiva e interativamente, das outras formas de informação e comunicação para fazer valer o direito à cidade e à cidadania.

O alcance das imagens valeu mais que um depoimento ou uma postagem, fez, daquele território, um território político e cultural. Jeito singular de apreender comportamentos e gestos silenciados, a consciência discursiva se valeu dos muros como suporte das manifestações insurgentes subjetivas. Em um país extremamente desigual como o Brasil, a arte de rua representa uma ação micropolítica cotidiana na busca de um espaço, ainda que exíguo, na cena pública das grandes cidades brasileiras.

A semântica do bairro e dos cotidianos das pessoas, submersas numa sociedade excludente, indubitavelmente permite a que os sujeitos que ali vivem adquiram não só visibilidade, mas também espectros de cidadania, imbuída do simples direito de exercer a sua diferença. Reivindicando para si reconhecimento e inclusão social, jovens negros, pobres e moradores de periferias urbanas, colocam em evidência as marcas de sua subalternidade, como forma de provocação no espaço público segregado. Se, por anos, esses corpos foram lugares de prisão dos desejos subjetivos, suas inscrições se fazem momentos biográficos, de protagonismos sugestionados do direito de pertença; certamente, uma outra forma de ler o espaço a partir do direito à cidade.

THE ART AS RESISTANCE: A STUDY OF THE SOCIAL APPROPRIATION OF SPACE THROUGH GRAFFITI

Abstract

This study, of exploratory and reflective character, seeks, through the theoretical contribution of insurgent planning and urban geonarratives, to analyze the social production of space and the tensions between the different versions on the right to the city, from the study of three graffiti task forces in the city of São José dos Campos, in the years 2007 to 2011, when the practice was prohibited. To this end, we used the

ethnographic and netnographic experience to evidence ways of demonstrating the right to the city and alternative manifestations of citizenship.

Keywords: *Graffiti*; Insurgent Planning; Right to town.

EL ARTE COMO RESISTENCIA: UN ESTUDIO DE LA APROPIACIÓN SOCIAL DEL ESPACIO A TRAVÉS DEL GRAFFITI

Resumen

Este estudio exploratório y reflexivo busca, a través de la contribución teórica de la planificación insurgente y los geonarrativos urbanos, analizar la producción social del espacio y las tensiones entre las diferentes versiones sobre el derecho a la ciudad, desde el estudio de tres grupos de trabajo de graffiti en la ciudad de São José dos Campos, en los años 2007 a 2011, cuando la práctica estaba prohibida. Con este fin, utilizamos la experiencia etnográfica y netnográfica para evidenciar formas de manifestación del derecho a la ciudad y manifestaciones alternativas de la ciudadanía.

Palabras clave: Graffiti; Planificación insurgente; Directo a la ciudad.

Referências

BORGES, Luciana Suckow. Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos / SP – 2000. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu, 20 - 24 de setembro de 2004.

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2010**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-dos-campos_sp. Acesso em 12 de maio de 2019.

CAMPOS, Ricardo Marnoto de Oliveira. **Pintando a cidade**: uma abordagem antropológica ao *graffiti* urbano. Tese de Doutorado, Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

DIÓGENES, Glória; PEREIRA, Alexandre Barbosa. Rasuras, ruídos e tensões no espaço público no Brasil: Por onde anda a arte de rua brasileira? In: **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 13 – n. 3 – set-dez, 2020 – pp. 759-779. <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n3.25206>.

FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. Pichações: discursos de resistência conforme Foucault. In: **Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v. 33, n. 2, p. 241-249, 2011.

FCCR, **São José dos Campos**. Disponível em: <http://www.fccr.sp.gov.br/> Acesso em 05 de abr. 2020.

FHERO (Fernando Pinto dos Santos). **Depoimento**. Belo Horizonte, 10 de julho de 2017.

FREITAS, Rafael Acácio de. Intervenções gráficas no espaço público urbano: uma abordagem antropológica da cidade de São Paulo. In: **Revista Vista**, n. 3. Lisboa, 2018, pp. 172 -204. Disponível em: http://vista.sopcom.pt/ficheiros/20190206-9._freitas.pdf. Acesso em 06 abr. 2021.

FRÚGOLI Jr., Heitor. Relações entre múltiplas redes no bairro Alto (Lisboa). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. Vol. 28 n° 82 junho/2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOUVÊA, Rosana A. R. **O espaço urbano e a clandestinidade**. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. São José dos Campos: UNIVAP, 2003.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. In: **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Recife, V.18, N.2, p.191-204, maio-ago. 2016.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191>. Acesso em 06 de abr. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.17 no. 49 São Paulo, June, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002. Acesso em 05 de abr. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em 06 de abr. de 2021.

MUTIRÃO GRAFFITI 2007 e 2010 - **São José dos Campos**, SP. Disponível em: https://www.facebook.com/MutiraoSjCampos/?hc_ref=SEARCH&fref=nf. Acesso em 11 de maio de 2016.

PMSJC. **Campo dos Alemães: Plano Diretor do Loteamento**, 1989.

PMSJC. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade — **Diagnóstico Síntese do Plano Diretor de 2017**. planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/.../SINTESE%20GERAL_7dez.pdf. 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: **Revista USP**, n. 15, p. 48-75, 1992.

SACK, Robert David. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana. Encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 59, 2009, pp.11-18.

VESPA (Claudinei F. M. de Oliveira). **Depoimento**. São José dos Campos, 05 de maio de 2016.

Sobre os autores:

Valeria Regina Zanetti

Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Endereço para correspondência: valzanetti.zanetti@gmail.com

Frederico Papali

Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Graduado em Artes Visuais. Endereço para correspondência: papali@uol.com.br

Paula Vilhena Carnevale Vianna

Dra em Medicina Preventiva, Professora e coordenadora do curso de medicina da Universidade Anhembí Morumbi, colaboradora do programa de pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Vale do Paraíba. Endereço para correspondência: paulacarnevale@uol.com.br

Recebido em: 05.06.2021

Aceito em: 14.06.2024